

**EDUCAÇÃO SUPERIOR E SUBJETIVAÇÃO NO CONTEXTO NEOLIBERAL:  
REFLEXÕES SOBRE A FINANCEIRIZAÇÃO DO PROCESSO FORMATIVO**

**HIGHER EDUCATION AND SUBJECTIVATION IN THE NEOLIBERAL CONTEXT:  
THOUGHTS ON THE FINANCIALIZATION OF THE FORMATIVE PROCESS**

**Lucio Flávio de Santana Gimenes<sup>1</sup>**

**RESUMO**

Este artigo explora as transformações nas instituições educacionais brasileiras, particularmente nos Institutos Federais de Ensino Superior, sob a lente da teoria das sociedades de controle de Gilles Deleuze. Analisando a transição da sociedade disciplinar para a sociedade de controle, discutimos como as universidades respondem às demandas de um mundo globalizado e tecnologicamente avançado. Focamos na reconfiguração do papel das universidades no capitalismo cognitivo e biopolítico, onde a pesquisa e inovação tornam-se centrais. Examinamos a privatização das universidades não apenas como transferência de gestão, mas como parte de um processo mais amplo que alinha a educação superior à lógica neoliberal de mercado. A autonomia universitária, em particular, é analisada como um dispositivo estratégico que facilita a internalização dessa racionalidade neoliberal. O estudo contribui para uma compreensão crítica das dinâmicas atuais nas instituições educacionais, destacando a emergência de um modelo de subjetividade baseado na competição e na dívida.

**Palavras-chave:** Sociedade de Controle, Educação Superior, Biopolítica, Neoliberalismo.

**ABSTRACT**

This article explores transformations in Brazilian educational institutions, particularly within the Federal Colleges, through the lens of Gilles Deleuze's theory of control societies. Analyzing the transition from disciplinary society to control society, we discuss how universities respond to the demands of a globalized and technologically advanced world. We focus on the reconfiguration of the role of universities in cognitive and biopolitical capitalism, where research and innovation become central. We examine the privatization of universities not merely as a transfer of management but as part of a broader process that aligns higher education with the neoliberal market logic. University autonomy, in particular, is analyzed as a strategic device that facilitates the internalization of this neoliberal rationality. The study contributes to a critical understanding of the current dynamics in educational institutions, highlighting the emergence of a model of subjectivity based on competition and debt.

**Keywords:** Control Society, College Education, Biopolitics, Neoliberalism.

---

<sup>1</sup> Professor Substituto vinculado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás. Professor de Graduação em Psicologia da FacMais. Professor de Graduação em Psicologia da UniAraguaia. Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Goiás e bacharel em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: contato@luciogimenes.com.br

## 1 INTRODUÇÃO

O ensaio "Post-Scriptum sobre as sociedades de controle" (1990), de Gilles Deleuze, constitui um marco significativo na análise das transformações subjetivas e institucionais ocorridas no final do século XX. Neste trabalho, Deleuze expande as reflexões de Michel Foucault sobre as instituições de confinamento - como hospitais, prisões, famílias, fábricas e escolas - para abordar o que ele identifica como uma transição da sociedade disciplinar para a sociedade de controle. Essa mudança paradigmática implica não apenas uma alteração nos mecanismos de poder e vigilância, mas também na forma como os indivíduos se relacionam com essas estruturas e entre si.

A relevância do pensamento de Deleuze para compreender as dinâmicas contemporâneas é inquestionável, sendo frequentemente citado em discussões acadêmicas e não acadêmicas que visam desvendar os complexos processos de subjetivação na atualidade (Hur, 2018). O conceito de sociedade de controle de Deleuze, particularmente, oferece uma lente crítica através da qual podemos examinar as instituições educacionais e suas evoluções nas últimas duas décadas.

Neste contexto, o presente artigo visa analisar as transformações sofridas pelas Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil, dando destaque para as públicas, considerando a perspectiva deleuziana das sociedades de controle. Busca-se, assim, compreender como essas IES têm respondido às demandas de um cenário globalizado e tecnologicamente avançado, bem como as implicações dessas mudanças para a formação dos indivíduos, a produção de conhecimento, e os reflexos nas demais IES privadas.

A investigação se fundamentou principalmente na análise de Deleuze sobre as sociedades de controle, em conjunto com as contribuições de Foucault acerca das estruturas de poder disciplinar, proporcionando uma base teórica sólida para o entendimento das nuances e complexidades inerentes ao tema. Empregamos uma revisão bibliográfica, alinhada aos preceitos de Creswell (2010), para explorar a obra de Gilles Deleuze e Michel Foucault, com ênfase nas transformações das IES brasileiras no contexto neoliberal. Adotamos uma abordagem cartográfica, conforme descrito por Passos, Kastrup e Escóssia (2009), fornecendo uma lente crítica para examinar as nuances e implicações dessas transformações neste novo território a ser demarcado.

Este procedimento metodológico, também referenciado como cartografia bibliográfica por Hur (2016), permitiu-nos mapear e rastrear textos-chave relacionados às sociedades de controle e suas implicações na educação superior. Desse modo, este estudo não apenas se alinha às discussões contemporâneas sobre as mudanças nas instituições educacionais, mas também contribui para uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas sociais e culturais que moldam esses espaços.

## **2 DA DISCIPLINA AO CONTROLE: A TRANSFORMAÇÃO DO PODER E DA SUBJETIVIDADE NA ERA NEOLIBERAL**

O conceito de sociedade de controle, embora não tenha sido explicitamente delineado por Michel Foucault, foi profeticamente esboçado em seu trabalho e posteriormente desenvolvido por Gilles Deleuze. Este conceito surgiu como uma resposta à transformação das estruturas de poder que começaram a se manifestar durante as últimas décadas do século XX. Deleuze, em seu esforço de expandir e aprofundar as ideias de Foucault, abordou as nuances da sociedade de controle, especialmente em relação ao neoliberalismo emergente e sua influência nas práticas de poder e subjetivação.

### **2.1 Sociedade de controle e as transformações das estruturas de poder**

Deleuze, ao elaborar sobre a sociedade de controle (Costa, 2004; Deleuze 2008), retomou e expandiu as ideias de Foucault relacionadas ao neoliberalismo, que começava a ganhar forma nos anos 80 e consolidava-se nos anos 90 (Ferreira, 2019). Nesse contexto, a sociedade disciplinar, conforme descrita por Foucault, já não representava a configuração predominante de poder. Em vez disso, emergia uma nova estrutura, que Foucault começou a definir como biopolítica da população e que Deleuze desenvolveu como sociedade de controle.

Durante os anos 60 e 70, testemunhamos o declínio do regime fordista e disciplinar, caracterizado pelo modelo de vida americano pós-guerra. Essa fase foi marcada pela subjetivação identitária, onde a imaginação e a criatividade operavam predominantemente nas margens da sociedade. O desfecho deste período foi impulsionado por movimentos culturais significativos, que desafiaram e problematizaram o regime vigente, promovendo uma imaginação empoderada. Movimentos como Maio de 68 na França, o Festival de Woodstock nos EUA e a

Tropicália no Brasil, entre 1967 e 1969, exemplificam essa tendência. Essas expressões culturais, longe de serem isoladas, representavam o descontentamento com o status quo e um impulso para a invenção e a reinvenção pessoal.

## **2.2 A crise dos modelos disciplinares, os avanços tecno-científicos e a sociedade de controle**

A transição para a sociedade de controle pode ser vista como uma resposta às limitações dos meios tradicionais de confinamento e disciplina, incapazes de gerenciar eficientemente as novas multiplicidades e diversidades emergentes. A crise dos modelos disciplinares evidenciou-se na incapacidade de instituições como escolas, fábricas e famílias de adequarem-se às novas realidades e demandas sociais.

No campo da economia, as crises do petróleo desestabilizaram a ordem econômica mundial. Na geopolítica, a Guerra Fria dominava, enquanto na ciência, avanços significativos, como a corrida espacial e o desenvolvimento da internet, redefiniam as relações humanas. Estes eventos ilustram a necessidade de novos modelos de governamentalidade e controle, que vão além da simples repressão, abrindo caminho para estratégias mais sofisticadas de modulação e normalização das condutas.

A sociedade de controle, assim, não se limita à vigilância constante, mas envolve a produção de normas e normalidades baseadas em dados e estatísticas em um fluxo incessante (Costa, 2004; Deleuze, 2008; Hur, 2018). Diferente da disciplina, que operava pela negatividade, o controle atua positivamente, incitando comportamentos específicos e normatizando a existência individual e coletiva. Este fenômeno é exemplificado pelo aumento do uso de tecnologias de vigilância, não apenas para monitorar, mas principalmente para gerar informações que moldam as práticas e comportamentos sociais a serem estimulados (Gimenes e Hur, 2020).

Deste modo, a transição do liberalismo para o neoliberalismo e a consequente mudança para a sociedade de controle ilustram uma adaptação do capitalismo às novas realidades sociais e culturais. O neoliberalismo, ao responder às demandas por diversidade e novidade, não impõe uma única direção, mas promove uma multiplicidade de sentidos de vida, todos enquadrados dentro de um sistema de controle sofisticado. Não há mais apenas um modelo de vida ideal a ser atingido pelas disciplinas, mas uma diversidade a ser controlada pelos mecanismos tecno-científicos.

### **2.3 Reestruturação econômica e as transformações políticas, científicas, educacionais e do trabalho**

A efervescência cultural e as crises que marcaram o período entre os anos 1960 e 1990 não se limitaram a transformações culturais e subjetivas, mas também se estenderam a outras esferas, como economia, política e ciência, desafiando a estrutura da sociedade disciplinar. Estas crises refletiram mudanças significativas no tecido social e nas práticas de poder, culminando na emergência do modelo neoliberal e da sociedade de controle.

Na economia, as crises do petróleo dos anos 1970 provocaram uma reestruturação econômica global, desafiando o paradigma do crescimento contínuo e questionando a sustentabilidade dos recursos naturais. Esse período foi marcado por uma instabilidade econômica que desencadeou políticas de austeridade e transformações na gestão dos estados nacionais.

No cenário geopolítico, a Guerra Fria entre os Estados Unidos e a União Soviética definiu as relações internacionais, com uma série de conflitos locais, disputas identitárias e competições tecnológicas e militares. Esse ambiente de tensão e competição foi um terreno fértil para o desenvolvimento de novas tecnologias e estratégias de poder.

No campo da ciência e tecnologia, a corrida espacial foi um dos marcos deste período. A missão Apollo 11, em 1969, que levou Neil Armstrong a ser o primeiro humano a pisar na Lua, simbolizou não apenas um feito tecnológico, mas também uma demonstração de poder e prestígio no cenário internacional. Contudo, após a missão Apollo 17 em 1971, houve uma redução no interesse e investimento em viagens espaciais tripuladas, refletindo uma mudança nas prioridades políticas e econômicas.

Paralelamente, o avanço da computação e a emergência da internet na década de 1990 revolucionaram as formas de comunicação e informação, estabelecendo as bases para a efetuação da sociedade de controle. Projetos como o Genoma Humano, iniciado na mesma década, abriram novos horizontes no entendimento da vida humana e suas possibilidades de manipulação. Passamos a considerar a vida enquanto um aglomerado de pacotes de informações que podem ser decodificadas e recodificadas; tudo passará a ser interpretado enquanto informação, e toda informação é manipulável.

Estas transformações evidenciam uma transição da sociedade disciplinar, descrita por Foucault, para uma sociedade de controle. A sociedade disciplinar, conforme explicado por Han (2018), baseava-se em estruturas de confinamento onde os indivíduos transitavam de um espaço fechado para outro. Esses ambientes disciplinares – escolas, fábricas, prisões – funcionavam por meio da ordenação do espaço e do tempo, visando a conformidade e a previsibilidade dos comportamentos a fim de extrair o máximo rendimento do espaço.

No entanto, o advento do neoliberalismo e a crise do modelo disciplinar deram lugar a este novo diagrama (Hur, 2018), a sociedade de controle. Neste diagrama, as estratégias de poder e governamentalidade não se baseiam mais no confinamento físico, mas na modulação e na gestão flexível das identidades, dos comportamentos e dos fluxos de informação. O controle se manifesta através de tecnologias de informação, vigilância e monitoramento contínuo, abrindo caminho para um sistema de poder mais difuso e pervasivo (Gimenes e Hur, 2020; Gimenes e Hur, 2023). Não se limita ao espaço, mas às informações que configuram as relações do humano com o meio.

Portanto, o período entre os anos 1960 e 1990 foi um momento de crises e reinvenções, tanto em termos de resistência quanto de reação. O fim do capitalismo, como parecia ser iminente, deu lugar à sua reinvenção sob o formato do neoliberalismo. Essa transformação reflete a adaptabilidade e a resiliência do capitalismo em face das mudanças sociais, culturais e tecnológicas, consolidando a sociedade de controle como o novo paradigma do poder.

A transformação inesperada do capitalismo, acompanhada de uma mudança paradigmática nas estratégias de poder, deslocou a aposta intelectual do fim do capitalismo para o conceito do "fim da história", proposto por Francis Fukuyama em 1992 (Fukuyama, 1992). As crises do século XX revelaram-se insustentáveis para o Estado disciplinar, e a sociedade de controle emergiu como um novo modelo de gestão das vidas, redefinindo a dinâmica entre poder e subjetividade.

Nesta nova configuração, o controle, anteriormente um componente do poder disciplinar, ganha destaque com uma abordagem mais intensa e sofisticada. Diferente da vigilância constante e da mecânica repressiva do modelo disciplinar, a sociedade de controle, conforme descrita por Deleuze, baseia-se na geração e análise de dados para a modulação de comportamentos e identidades. Esta mudança é exemplificada

pelo aumento do uso de tecnologias de vigilância, que, ao contrário de apenas vigiar e punir, focam na produção de estatísticas e probabilidades.

Foucault, em seus estudos sobre biopolítica, antecipou essa transição ao afirmar que a norma não é mais imposta, mas deduzida do estudo das normalidades (Foucault, 2008b). Neste sentido, o controle não age pela negatividade, mas pela positividade, estabelecendo o que é considerado normal a partir da análise contínua de informações e dados.

O neoliberalismo, ao responder às demandas por diversidade e inovação, não se restringiu à imposição de um único modelo de vida, como o *american way of life*, mas promoveu uma multiplicidade de estilos de vida, todos enquadrados dentro do sistema de controle. Isso é evidente na maneira como as subjetividades são moduladas atualmente (Gimenes e Hur, 2023). Longe do regime identitário rígido do passado, vivemos em uma era de subjetivações flexíveis e processuais, influenciadas por movimentos contraculturais iniciados nos anos 60, mas adaptadas ao contexto contemporâneo. Nossa criatividade e liberdade de expressão são celebradas, mas frequentemente canalizadas em direções que reforçam a lógica individualista, consumista e securitária (Gimenes e Mizoguchi, 2020) do modelo neoliberal.

Hoje, a política de criação de territórios e as relações com o outro não são primariamente direcionadas à expressividade das sensações, mas estão alinhadas com as imagens de mundo promovidas pela publicidade e pela cultura de massa. Essa identificação quase hipnótica com essas imagens reflete a influência da sociedade de controle na formação de nossas identidades e desejos, moldando nossas percepções e ações de acordo com os interesses do mercado e do poder.

O toyotismo, um modelo de produção surgido no Japão e que ganhou destaque no final do século XX, introduziu o sistema *just in time*, aliado às pesquisas de mercado focadas na criação de perfis variados de consumidores. Esta abordagem reflete uma mensagem subjacente nas imagens de marketing e publicidade: a promessa de paraísos terrenos acessíveis aos "privilegiados", sugerindo que qualquer pessoa pode fazer parte deste grupo exclusivo através do consumo. Esta lógica capitalista, centrada no consumo de objetos e serviços personalizados, como os automóveis customizados, ilustra um capitalismo de sobre-produção, onde o foco desloca-se da matéria-prima e dos produtos acabados para os serviços e ações, conforme apontado por Deleuze (2008).

A gestão contemporânea, ampliada para todas as esferas da vida, caracteriza-se pela subjetividade neoliberal, que opera através de descontinuidades e regras particulares em cada segmento. O capital financeiro exemplifica isso: as bolsas de valores movimentam capital globalmente de forma instantânea, afetando dinâmicas locais e globais. Ações políticas e crises econômicas, como a de 2008, repercutem globalmente em questão de horas, exigindo respostas rápidas e coordenadas dos governos. Este fluxo aparentemente infinito de capital ilustra a produção de valor no capitalismo contemporâneo.

No âmbito educacional, observa-se uma transformação significativa do valor da educação e do processo educativo. As etapas formativas tornam-se uma sequência de descontinuidades, cuja lógica nem sempre é clara ou compreensível em termos de contribuição para este modo de vida. A graduação, por exemplo, perdeu seu valor distintivo, tornando-se apenas um degrau em uma série infindável de pós-graduações, especializações, mestrados, doutorados e pós-doutorados. Esta escalada de qualificações reflete a demanda constante por aperfeiçoamento e especialização. Paralelamente, a educação básica, que abrange do ensino infantil ao médio, cujo sentido era uma preparação de indivíduos para a competitividade do mercado de trabalho a partir deste ambiente disciplinar, tem experimentado altos índices de evasão como reflexo da desvalorização da educação na vida contemporânea.

Neste contexto, a educação passa a ser vista menos como uma formação humana integral e mais como um meio de produzir sujeitos aptos a competir no mercado globalizado. E, quando não cumprem essa suposta promessa, perde seu valor. A flexibilidade e a adaptabilidade tornam-se habilidades essenciais, refletindo a lógica da sociedade de controle, que valoriza a capacidade de navegar por múltiplas descontinuidades e incertezas.

### **3 NEOLIBERALISMO E FORMAÇÃO ACADÊMICA: RECONFIGURAÇÃO EDUCACIONAL E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS**

A universidade, tradicionalmente estruturada sob a epistemologia moderna, caracteriza-se por uma prática educativa disciplinar, onde o conhecimento é ordenado linear e sequencialmente, e a pedagogia é baseada na disciplina para adaptar os indivíduos ao mundo do trabalho. Contudo, com a ascensão do neoliberalismo e a aceleração do poder contemporâneo, caracterizado pela rapidez do sinal eletrônico e por sua natureza extraterritorial ou global, as universidades enfrentam um desafio

significativo (Costa e Goulart, 2018; Costa e Silva, 2019). A resistência do espaço físico e dos corpos dá lugar à fluidez e à velocidade da informação, questionando a capacidade das instituições educativas de preparar os discentes para lidar eficientemente com o influxo constante de novas informações e com os mecanismos de controle da sociedade contemporânea.

A crise universitária reflete a inadequação do modelo educacional tradicional, estruturado mecanicista e hierarquicamente, com objetivos predeterminados e um papel passivo para os estudantes, que são frequentemente reduzidos a meros receptores de conhecimento. Este modelo, exemplificado pelas análises de Foucault (1987) em "Vigiar e Punir", revela as dinâmicas de poder intrínsecas à sala de aula convencional. No entanto, a utilização de espaços de ensino tradicionais não implica uma funcionalidade única e imutável desses dispositivos. Por exemplo, a dinâmica de uma sala de aula não determina automaticamente uma relação autoritária entre professor e aluno. Por isso, cabe a nós refletirmos constantemente sobre o que este dispositivo tem produzido e quais são suas reais potencialidades, assim como quais são suas limitações e impossibilidades.

Diante da perda de hegemonia do dispositivo disciplinar, o mercado neoliberal surge como um fornecedor ágil de soluções para as crises emergentes. As universidades estão sendo compelidas a integrar pesquisa, extensão e inovação a uma racionalidade empresarial. Isso se manifesta na implementação de mecanismos administrativos e de gestão empresarial, como a criação de escritórios para licenciamento de patentes e propriedade intelectual, incubadoras de inovação e parques tecnológicos, redução dos investimentos em pesquisas de base devido ao seu baixo retorno financeiro imediato, e maior valorização de pesquisas com objetivos próximos às lógicas de mercado, como das áreas da Inteligência Artificial, Biotecnologia industrial, Big Data, dentre outras. Essas mudanças refletem uma orientação cada vez mais voltada para o mercado e a produção de conhecimento com potencial econômico, alterando significativamente o papel e a função da universidade na sociedade contemporânea (Costa e Goulart, 2018; Costa e Silva, 2019).

A transformação do capitalismo contemporâneo, que agora investe na totalidade da vida e das relações sociais, transformando-as em fontes de valorização econômica abstrata, tem implicações profundas na estrutura das universidades. Deleuze (2008) descreve esse fenômeno como a transição para sociedades de controle, nas quais a lógica onipresente da empresa e das finanças substitui os

espaços fechados de confinamento disciplinar, como fábricas e escolas, por um meio aberto e ilimitado de dispositivos de controle. Nesse contexto, três aspectos fundamentais desenham o cenário econômico-político da economia do conhecimento: (1) o capitalismo da vida, que subsume toda atividade humana à lógica capitalista; (2) a abstração dos processos de valorização capitalista e (3) a dispersão dos dispositivos de controle em um meio aberto.

A universidade empreendedora, nesse cenário, se alinha à exploração capitalista da vida e da atividade cognitiva, reconfigurando o modelo produtivo. A pesquisa e a inovação, embora possam resultar em produtos tangíveis, constituem atividades essencialmente intelectuais e imateriais, envolvendo dimensões subjetivas amplas dos trabalhadores intelectuais (Lazzarato; Negri, 2001). Essas atividades estão no cerne dos processos de valorização capitalista na era do capitalismo cognitivo e biopolítico, em que aspectos subjetivos como criatividade, linguagem e relações sociais ganham relevância econômica (Hardt; Negri, 2005).

No neoliberalismo, a busca pelo “paraíso terreno”, antes atribuída às promessas das religiões judaico-cristãs, se transfigurou no consumo imediato como a virtude fundamental do capitalismo avançado. A noção de paraíso é reinterpretada no contexto do capitalismo cognitivo, com o capital substituindo Deus como fiador da promessa de uma vida plena, condicionada ao consumo e ao lucro como atos meritórios (Lazzarato, 2017).

No plano subjetivo, a dívida emerge como um poderoso dispositivo de controle, que internaliza as relações de poder na subjetividade dos indivíduos. A dívida não apenas hipoteca o futuro, mas também extrai trabalho, docilidade e colaboração, promovendo a sujeição do comportamento individual e institucional à racionalidade empresarial (Lazzarato, 2017). Esta internalização das relações de poder através da dívida reflete uma nova fase na ascensão capitalista, que se traduz na gestão neoliberal do comportamento e na promoção de um modelo de subjetividade baseado na competição e na ausência de solidariedade.

A lógica de privatização das universidades, nesse contexto, não se limita à transferência da gestão para entidades privadas, mas envolve a criação de condições políticas, econômicas e sociais que promovam uma transição sutil e difusa para uma racionalidade neoliberal (Costa e Goulart, 2018; Costa e Silva, 2019). Ou seja, independente da forma jurídica da instituição, trata-se de uma intervenção na sua lógica de funcionamento e na produção subjetiva. Essa reconfiguração implica na

transformação da universidade em um espaço orientado para o mercado, onde a autonomia, a competição e a dívida atuam como dispositivos chave para governar o trabalho cognitivo e as dinâmicas de subjetivação. Um pesquisador não é mais aquele que busca expandir o seu campo de conhecimento a fim de compartilhá-lo com a humanidade; agora é aquele que elabora projetos avaliados em critérios utilitaristas, pois na lógica do mercado financeiro prevalece a redução das perdas e o aumento dos lucros.

A autonomia universitária, neste contexto, assume um papel estratégico, atuando como um dispositivo organizacional que permite a internalização de uma racionalidade governamental neoliberal. Foucault (2008a) já havia anunciado que, no liberalismo, a liberdade é tanto um produto quanto uma condição para o funcionamento do governo. Assim, no neoliberalismo, a liberdade acadêmica torna-se não é só uma ferramenta para a internalização de certas condutas e valores, mas o próprio mecanismo de manutenção da racionalidade neoliberal dentro das universidades, promovendo a adaptação dos processos educativos e de pesquisa às demandas do capital financeirizado.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste trabalho buscamos evidenciar que a crise nas instituições educacionais, exacerbada pela emergência das novas tecnologias, conduz a uma transformação profunda no papel das universidades e, conseqüentemente, das demais instâncias educativas. A lógica disciplinar tradicional, ancorada na figura do professor como único detentor e transmissor do conhecimento, enfrenta desafios crescentes em um mundo onde a informação é amplamente acessível pela internet. Isso resulta em índices elevados de evasão escolar (Digiácomo, 2005; Soares, 2001; Ferreira, 2013; Neri, 2009), e numa reconfiguração do papel das instituições educacionais, que passaram a se alinhar cada vez mais às demandas da financeirização (Deleuze, 2008).

No âmbito das universidades, a suposta “autonomia acadêmica” se tornou um veículo para a integração dessas instituições na lógica neoliberal. As universidades, sob o pretexto de uma autonomia, são incentivadas a buscar financiamento no setor privado, transformando a pesquisa em ativo virtual sujeito às flutuações do mercado. Esta reconfiguração institucional alinha-se com a dinâmica mais ampla do capitalismo

cognitivo e biopolítico, onde o trabalho intelectual e imaterial ocupa um lugar central nos processos de valorização (Hardt; Negri, 2005).

Assim, ao concluir este estudo, constatamos que as transformações no cenário educacional refletem uma profunda reconfiguração na relação entre conhecimento, poder e sociedade. A emergência de um capitalismo cognitivo e biopolítico, onde o controle e a gestão neoliberal do comportamento se manifestam, implica não apenas na redefinição do papel das instituições educacionais, mas também na construção de subjetividades moldadas pelas dinâmicas de consumo, competição e dívida.

Este panorama desafia a perspectiva tradicional de educação e coloca em questão a sustentabilidade de modelos baseados na autonomia e na liberdade acadêmica. Reconhecendo essas mudanças, torna-se imperativo repensar o papel das instituições educacionais na sociedade contemporânea, buscando caminhos que promovam não apenas a formação de competências e habilidades, mas também a construção de uma subjetividade crítica e solidária, capaz de resistir e atuar conscientemente diante das complexas dinâmicas do mundo atual.

## REFERÊNCIAS

COSTA, C. F. da; SILVA, S. M. G. Novo neoliberalismo acadêmico e o ensino superior no Brasil. REAd. Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre), v. 25, n. 3, p. 6-35, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-2311.251.89569>. Acesso em: 21 nov. 2023.

COSTA, C. F. da; GOULART, S. Capitalismo acadêmico e reformas neoliberais no ensino superior brasileiro. Cadernos EBAPE.BR, v. 16, n. 3, p. 396-409, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1679-395165788>. Acesso em: 21 nov. 2023.

COSTA, R. da. Sociedade de controle. São Paulo em Perspectiva, v. 18, n. 1, p. 161-167, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-88392004000100019>. Acesso em: 21 nov. 2023.

CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DELEUZE, G. Conversações. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 2008.

DIGIÁCOMO, M. J. Evasão escolar: não basta comunicar e as mãos lavar. Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/pagina-825.html>. Acesso em: 18 ago. 2019.

FERREIRA, F. A. Fracasso e evasão escolar. Disponível em: <https://educador.brasilecola.uol.com.br/orientacao-escolar/fracasso-evacao-escolar.htm>. Acesso em: 18 ago. 2019.

FERREIRA, J. L. Foucault, governamentalidade neoliberal e subjetivação. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 35, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102.3772e35512>. Acesso em: 21 nov. 2023.

FOUCAULT, M. Nascimento da biopolítica. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, M. Segurança, Território, População. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, M. Vigiar e punir: o nascimento da prisão. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

FUKUYAMA, F. O fim da História e o último homem. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GIMENES, L. F. S.; HUR, D. U. Sociedade analógica e sociedade digital: suas codificações e regimes de poder. *R. Tecnol. Soc., Curitiba*, v. 16, n. 42, p. 227-242, jul/set. 2020. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/11357>. Acesso em: 21 nov. 2023.

GIMENES, L. F. S.; HUR, D. U. Do governo algorítmico à vida modularizada: como os algoritmos regulam nossa existência. In: LARA, L.; CRUZ, L. R.; PASSOS, P. (Orgs.). *Digitalização da vida e produção de subjetividades*. 1. ed. Florianópolis, SC: ABRAPSO Editora, 2023.

GIMENES, L. F. S.; MIZOGUCHI, D. H. Neoliberalismo e segurança: investigações a partir da obra de Michel Foucault. *Revista de Ciências Humanas, Florianópolis*, v. 53, p. 1-10, jul. 2020. ISSN 2178-4582.

HARDT, M.; NEGRI, A. *Multidão: guerra e democracia na era do Império*. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HUR, D. U. Poder e potência em Deleuze: forças e resistência. *Mnemosine*, v. 12, n. 1, p. 210-232. Disponível em: <http://mnemosine.com.br/ojs/index.php/mnemosine/article/view/490>. Acesso em: 8 ago. 2016.

HUR, D. U. Deleuze e a constituição do diagrama de controle. *Fractal: Revista de Psicologia, Niterói, RJ*, v. 30, n. 2, p. 173-179, 2018.

LAZZARATO, M.; NEGRI, A. *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Tradução de Mônica Jesus. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LAZZARATO, M. *O governo das desigualdades: crítica da insegurança neoliberal*. Tradução de Renato Abramovicz Santos. São Carlos: EdUFSCar, 2011.

LAZZARATO, M. *O governo do homem endividado*. Tradução de Daniel P. P. da Costa. São Paulo: n-1 edições, 2017.

NERI, M. C. *Tempo de permanência na escola e as motivações dos sem-escola*. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2009.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. da. Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009.

SOARES, R. D. Ensino e novas tecnologias: situação atual e novas perspectivas. Caminhos da História, Montes Claros, MG, v. 6, n. 6, p. 69-97, 2001.